

PROJETO PESCAR: O PERCURSO DE UM PROCESSO EDUCATIVO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E TERCEIRO SETOR

Gislaine Cristina Pereira; Eliana Perez Gonçalves de Moura

Universidade Feevale, psigislaine@gmail.com

RESUMO

O Projeto Pescar é um empreendimento de mais de 40 anos, de origem corporativa com finalidade social, que surgiu com o objetivo de viabilizar oportunidades de inserção no mercado de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social. Atualmente conta com aproximadamente 90 unidades no Brasil e 15 no exterior, em diversos países, sendo eles: Argentina, Paraguai, Peru e Angola. É um espaço de educação não escolar, caracterizado por processos educativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor. Destaca-se que o terceiro setor, sendo fruto do pensamento neoliberal, apoia-se na Responsabilidade Social das Empresas, defendendo a ideia de parcerias entre os dois primeiros setores – público e privado tendo como principal representação de suas ações as Organizações Não Governamentais. Sabe-se que estas últimas, na atualidade, firmam parceria com o poder público e a sociedade civil, tendo a responsabilidade de execução das políticas públicas. O objetivo da presente pesquisa é analisar a relação do terceiro setor e dos movimentos sociais no percurso histórico do Projeto Pescar. O estudo, de abordagem qualitativa, caracteriza-se como Pesquisa Bibliográfica acerca dos movimentos sociais e do terceiro setor; e Pesquisa Documental, com base nos arquivos, registros e publicações disponíveis da Fundação Projeto Pescar. Destaca-se, com a pesquisa, o esforço pela sobrevivência do Projeto Pescar, diante das imposições e determinantes legais durante sua trajetória no Brasil. O estudo demonstrou que o referido projeto, para além da promoção da integração do jovem ao mundo do trabalho, traço característico do terceiro setor, apresenta também espaços de aproximação importantes com os valores e ideais dos movimentos sociais. Conclui-se que, no percurso do Projeto Pescar, os movimentos sociais e o terceiro setor se enredam intercalando conquistas e retrocessos no processo educacional, em prol do desenvolvimento do sujeito e de seu próprio fortalecimento enquanto instituição educativa não escolar.

Palavras-chave:

Projeto Pescar, movimentos sociais, terceiro setor, educação.

INTRODUÇÃO

No que tange ao Projeto Pescar ainda que sua missão seja prioritariamente voltada para a ampliação do acesso ao mercado de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social, parece estar-se produzindo efeitos semelhantes que extrapolam os objetivos de caráter compensatório. Paradoxalmente fundado e desenvolvido no centro do discurso de inclusão, é preciso compreender o projeto educativo, buscando visibilizar as interferências e influências tanto dos movimentos sociais, como do terceiro setor, no processo de formação que vem engendrado ao longo de 40 anos.

É nítido o crescimento, na atualidade, de Projetos Sociais com foco na educação, sendo, na grande maioria, voltados para a cidadania como potencial de transformação do mundo. Não a cidadania da luta contra o regime militar, como nos anos 70 e 80, mas para uma cidadania que remete à responsabilização de toda a sociedade (MOURA & ZUCHETTI, 2006). Pois, se antes a questão social se resumia à discussão sobre como um trabalhador

subordinado e dependente poderia tornar-se um sujeito pleno socialmente, hoje a questão social volta-se diretamente à busca por amenizar a presença dos supranumerários, que “nem sequer são explorados, pois para isso é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos” (CASTEL, 2013, p. 33).

Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pauta-se pela “dimensão ética de incluir ‘os invisíveis’, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades” (BRASIL, 2004, p. 15). Os projetos sociais, sendo práticas educativas desenvolvidas fora do ambiente escolar são reconhecidos, historicamente, enquanto educação não formal, definida por Gohn (2011, p. 32) como “processos educativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos, que atuam na área”.

O Projeto Pescar é um empreendimento de origem corporativa com finalidade social (FPP, 2016). Surgiu há 40 anos com o objetivo de viabilizar oportunidades de inserção no mercado de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social, através de uma metodologia diferenciada que promova seu autoconhecimento, sua autoconfiança, seu conhecimento de mundo, sua persistência e proatividade na busca de seus objetivos.

O objetivo do presente trabalho é apresentar as análises sobre a relação do terceiro setor e dos movimentos sociais no percurso histórico do Projeto Pescar. O estudo, de abordagem qualitativa, caracteriza-se como Pesquisa Bibliográfica acerca dos movimentos sociais e do terceiro setor; e Pesquisa Documental, com base nos arquivos, registros e publicações disponíveis da Fundação Projeto Pescar.

O PROJETO PESCAR AO LONGO DE 40 ANOS

Em 1976, no município de Porto Alegre/RS, foi criada a primeira turma do Projeto Pescar por iniciativa do dirigente da empresa Linck S/A¹. A ideia inicial possibilitou a disponibilidade, em plena época do Regime Militar no Brasil, de um curso voltado para noções básicas de Mecânica Automotiva, para uma turma de jovens pertencentes à famílias de baixa renda, que moravam próximo da empresa. O objetivo da ação era viabilizar maiores possibilidades de acesso ao mundo do trabalho. Composta por 15 jovens, a turma era formada apenas por meninos, com idade entre 14 e 18 anos, estudantes de escolas públicas.

¹ Tendo como seu fundador e idealizador o senhor Geraldo Tollens Linck, nascido em 1927 e falecido em 1998.

Considerados aprendizes, os jovens ficavam sob a orientação de um professor contratado e/ou por colaboradores da empresa que ministravam aulas sobre temas técnicos, enquanto voluntários.

O período de criação do Projeto Pescar se insere no contexto de transição do Regime Militar para abertura política em direção a redemocratização. Ao mesmo tempo, a partir da metade da década de 70, o país registra o surgimento de organizações de base popular que defendiam a liberdade democrática, a anistia em sua plenitude, o fim das torturas e prisões em decorrência de diferenças políticas. Tem-se então, a expansão dos movimentos sociais urbanos em prol de maior qualidade de vida nas cidades, defendendo condições mínimas das necessidades básicas. Entende-se que apesar das conquistas de novas legislações defendendo direitos à população, isso não se efetivou na prática com toda a população, muito pelo contrário, foi notória a ampliação dos bolsões de pobreza que se ergueram nas periferias das grandes cidades, corroborando, assim, com o surgimento dos movimentos sociais (BOJUNGA, 2013).

De acordo com Gohn (2011) os movimentos sociais populares passaram a ter visibilidade no transcorrer das décadas de 70 e 80 quando fortaleceram sua articulação com os atores coletivos na luta contra os regimes militares, tendo por inspiração a teologia da libertação. São reconhecidos enquanto processo de caráter político-social e cultural, caracterizados como “fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” com potencial para despertar maneiras diferenciadas de organização e expressão da população e suas demandas (GOHN, 2011, p. 333).

Neste sentido, Gohn (2011) esclarece que os movimentos sociais detinham papel educativo para seus integrantes, pois firmou-se originalmente como ações coletivas promovidas por moradores das periferias exigindo do Estado acolhimento e resolução de suas demandas por sobrevivência, extrapolando o contexto das indústrias e demais locais de trabalho. Referencia-se Touraine, que em suas reflexões defendia que

os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sócias antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazeres propositivos” (GOHN, 2011, p. 336)

Alves e Severino (2011), afirmam que as transformações sociais, econômicas, políticas desencadeadas a partir de 1990 são fruto de crises ocorridas no período pós-guerra, mais especificamente em meados da década de 70 quando o mundo capitalista passa a viver uma de suas mais profundas recessões. Diante da crise, o que iniciou como descrença progressivamente ganha representatividade prática, pois, sob a égide do Estado de Bem-Estar

Social e, apoiado na teoria Keynysiana, defendia-se que o Estado deveria criar mecanismos de controle econômico, instituindo padrões mínimos de saúde, educação, renda, direito ao trabalho, por meio de programas governamentais. Mas, o Estado não demonstra capacidade de cumprir com suas responsabilidades, principalmente em relação aos benefícios sociais (OLIVEIRA, 2003). Em meados de 1980 os movimentos sociais “contribuíram decisivamente para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988” (GOHN, 2011, p. 342).

De acordo com Araújo (2005), o cenário econômico desencadeado por esse período é compreendido como conjunto integrado de três setores que determinam as movimentações da economia dos países, sendo eles: Primeiro Setor (Estado); Segundo Setor (empresas privadas) e, Terceiro Setor, que, sendo fruto do pensamento neoliberal, segundo Moura e Zucchetti (2010), apoia-se na “Responsabilidade Social das Empresas”, defendendo a ideia de parcerias entre os setores público e privado tendo como principal representação de suas ações as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Em se tratando do Terceiro Setor, tem-se duas situações contraditórias, pois as ONGs focam a garantia dos direitos sociais da população através da oferta de intervenções para diversos públicos. Enquanto o Estado, totalmente atrelado à tradição histórica, econômica e política brasileira, apresenta “proposições governamentais [...] marcadamente compensatórias” (SANTOS, 2015, p. 24). Nesse sentido, Santos (2015) enfatiza que, estas últimas não se tornam efetivas na prática já que são incapazes de gerar as mudanças necessárias para a minimização da desigualdade social no país. Esse cenário das políticas compensatórias torna-se um desafio imenso, tanto de base teórica, quanto prática, tendo em vista que o Brasil se caracteriza enquanto espaço governamental de determinações que “sistematicamente neutralizaram potencialidades emancipatórias, recorrendo à práticas clientelísticas e despolitizadoras das populações” (BARRETO, 2008, p. 8)

O período inicial do Projeto pode ser tomado como espelho da sociedade tendo em vista que, conforme Winckler e Santagada (2012) ele se configurava totalmente influenciado pela lógica de controle das classes populares, tendo por objetivo a educação (formatação da mão de obra) para o trabalho no país. Segundo os autores, neste período existiam as Escolas Correcionais que, ao lado das Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), objetivavam além de ensinar uma profissão, “habilitar os desvalidos, afastá-los da ociosidade ou da escola do crime e do vício” (p. 98).

Nos primeiros dez anos de Projeto Pescar, o ensino estava totalmente enquadrado em conteúdos técnicos, referenciando a cultura organizacional da época e o perfil dos voluntários

que ministravam aulas exclusivamente técnicas à turma. O responsável pela implantação e implementação do projeto era engenheiro. Este tinha por função a descrição do currículo, escolha e contratação do professor e seleção dos jovens, esse ator hoje é denominado Articulador, que enquanto colaborador da empresa onde a unidade está situada é responsável pela mediação entre esta e o Projeto.

O currículo utilizado na primeira turma, apresentava disciplinas técnicas específicas. A única disciplina que diferente era denominada Higiene e Aparência Pessoal, totalmente vinculada ao contexto de extrema precariedade vivenciada pela população de baixa renda na época. Neste cenário com viés totalmente técnico, qualquer outro aspecto de formação humana, de subjetividade ou de reconhecimento de si mesmo eram desconsiderados no momento de planejamento das ações organizacionais (FPP, 2004; 2016)

Assim, diante da obrigatoriedade de que os jovens pertencessem à famílias que demonstravam dificuldade de sobreviver dignamente em decorrência da total falta de acesso às condições mínimas de garantia de direitos, a utilização da terminologia “menores carentes” esteve presente até a reestruturação do Projeto, desencadeada pela redemocratização do país, acompanhada pela progressiva conquista de direitos iniciada na década de 90 (FPP, 2007).

No entanto, ao pensar na formação inicial do Projeto Pescar, essa revisão histórica de sua estrutura e funcionamento demonstra que de certa forma, o modelo da Escola Técnica, defendido pelo mesmo, pode ser vinculado ao que Goffman (1974) definiu como “instituição total” porque o cenário limitado das primeiras turmas apresentava tendências ao fechamento, sendo até descrito por Bojunga (2013) como “estufa para mudar as pessoas”. No entanto, essa tendência não se efetivou de forma total porque no transcorrer dos anos houve intensa flexibilidade em todos os sentidos, principalmente com a integração de outras temáticas na grade curricular, voltadas para cidadania e desenvolvimento pessoal, com potencial para ampliar a liberdade do jovem no processo.

O ano de 1988 marcou o início da expansão do Projeto Pescar, ainda no modelo de Escola Técnica, mas tendo por defesa a concepção original de que cada empresa que inaugurasse nova unidade do projeto deveria ofertar o curso técnico na sua área de atuação, repassando conhecimentos sobre seu processo de produção. Assim no referido ano foram abertas duas unidades do Projeto Pescar pela empresa Iochpe-Maxion, uma em Canoas RS, e outra em São Bernardo do Campo em SP (FPP, 2016).

Até meados da década de 80 as ações na área social eram marcadas pela visão assistencialista de suas ações, que na maioria das vezes, reduziam-se à contribuições financeiras, geralmente para igrejas ou ONG's. Foi somente após 1990 que conceitos como

Responsabilidade Social Empresarial ou até mesmo Investimento Social Privado passaram a fazer parte das empresas enquanto estratégia social, o que pode ser percebido pelo aumento do número de fundações criadas dentro das próprias empresas.

No entanto, com as transformações advindas do neoliberalismo que modificaram até mesmo as categorias centrais dos próprios movimentos, caracterizou-se, de acordo com Gohn (2011, p. 337) uma profunda “ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade”, onde igualdade passa a ser concebida enquanto justiça social, “a fraternidade se traduz em solidariedade, e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia de inserção na sociedade”. Neste novo contexto, iniciam as parcerias com diversas entidades da sociedade civil e política, tendo potencial para gerar inovações sociais. Assim, novos conceitos emergem como dominantes e passam a configurar novas categorias de pensamento.

O Estado lança políticas públicas reconhecidas por Gohn (2011) como contraditórias. Segundo ela, apesar das demandas sociais terem conquistado, em meados da década de 90, o status de direitos sociais, a autonomia dos movimentos é minimizada pela estruturação do controle social de cima para baixo (partindo o Estado em direção aos movimentos sociais). Tem-se, então, uma profunda desorganização dos antigos movimentos pelas políticas neoliberais. Ou seja, as ONG’s existentes até 1990 são diferentes às que surgiram após essa data, tendo em vista o enfraquecimento dos movimentos sociais, obrigando a participação destas inscritas no Terceiro Setor através de Projetos Sociais, caracterizados como menos críticos e menos reivindicatórios.

Partindo-se da grande mobilização desencadeada pelos Institutos Liberais, o país iniciou o processo de transição para a democracia e a reorganização partidária, tendo no percurso histórico alguns episódios que marcaram o período, como por exemplo, Campanha das “Diretas Já”, Promulgação da Constituição Federal e Impeachment do presidente Fernando Collor. Esse cenário é importante porque representa um momento de lutas e conquistas do qual se encontram os ideais do Terceiros Setor e dos Movimentos Sociais. Ambos se unem para promover transformações, ainda que após esse instante sigam seus percursos independentes novamente.

Nesse cenário, em continuidade do processo de transição para a democracia e a reorganização partidária, surge o neoliberalismo apresentando duas alternativas para superação da crise do capitalismo: “a privatização dos serviços públicos fornecidos pelo Estado ou introduzir a lógica do mercado no aparelho do Estado para realização de atividades de sua responsabilidade” (ALVES E SEVERINO, 2011, p.3). Os referidos autores defendem que após 1990, “as políticas governamentais brasileiras impulsionaram o aumento das

parceiras entre o setor privado e a esfera pública solidificando o terceiro setor por meio da descentralização, setorialização e focalização destas políticas”. Este foi o período de grande avanço das Organizações Não Governamentais ((p. 6).

Destaca-se nesse momento uma contradição. Pois a origem das ONGs é vinculada ao período do regime militar em nosso país (1964-1985), no entanto, o seu reconhecimento e projeção nacional ocorreram como resultados do investimento dessa redefinição política que determinava a implantação de um novo projeto societal (SANTOS, 2015). O Projeto Pescar torna-se exemplo dessa contradição, já que mesmo atrelado aos objetivos neoliberais apresenta concordância com as ideias e lutas dos movimentos sociais.

Em 1995, tendo mais de 25 instituições participando dos debates, foi constituído o Grupo de Institutos e Fundações e Empresas (Gife). Essa nova estruturação foi motivada por duas questões principais, a primeira totalmente vinculada à imagem extremamente desgastada das instituições filantrópicas diante da população em geral sendo consequência do sistema de corrupção do próprio sistema social e na Legião Brasileira de Assistência (LBA) (BOJUNGA, 2013).

Entende-se, que a própria concepção do mundo do trabalho e das organizações empresariais como um todo é alterada. De acordo com Medeiros (2003) o caráter mecanicista das empresas ganha novo conceito enfatizando a complexidade das organizações que se desenvolve por meio das interações compartilhadas pelos indivíduos enquanto grupos de trabalho, que se relacionam com base na cooperação ou na competição.

No ano de 1995, na busca por maior sistematização com bases profissionais que viabilizassem o alcance das metas e, conseqüentemente, a ampliação do projeto, foi criada a Fundação Projeto Pescar (FPP), mantida exclusivamente pela empresa Link S/A. A missão da mesma no ano de sua criação era “A execução do Projeto Pescar”. O modelo de expansão utilizado foi enquanto Franquia Social, sendo a empresa oficialmente a responsável pela execução do projeto e a Fundação pela orientação e padronização do processo educacional do Pescar (FPP, 2007; 2016).

Ainda em 1995, mesmo que legalmente o país já contemplasse legislações direcionadas à juventude, não havia nenhum registro de respaldo jurídico para o seu funcionamento. As Unidades de Treinamento do Projeto Pescar não tinham uma proposta pedagógica formal, somente a orientação de que a Formação Técnica corresponderia a 50% da carga horária do projeto, o restante seria investido em Desenvolvimento Pessoal. A sustentabilidade se efetivava pela cobrança de uma Taxa de Franquia (dois salários mínimos/mês) e por doações efetivadas pelos Mantenedores Institucionais (FPP, 2016).

No entanto, a mesma reordenação política que definiu um novo perfil de trabalhador acarretando revisão das atividades e concepções do Projeto Pescar desencadeou o início de mudanças nos programas curriculares que eram oferecidos até então. Esse movimento iniciou com debates e reflexões a partir da década de 90, sendo mais intenso em anos posteriores, mais especificamente, entre 2003 e 2012. O embasamento legal para as referidas alterações pode ser compreendido a partir do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, oficializando os objetivos da educação profissional, destacando-se aqui o I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

Essa configuração na prática foi organizada de tal forma que as classes dirigentes recebiam a formação integral no sistema educacional e para a classe trabalhadora, destinava-se total investimento na educação profissionalizante. De acordo com Sabbi (2012), essa ruptura caracteriza um retrocesso no ensino do país, pois os critérios utilizados foram extremamente tecnicistas, economicistas e priorizando as demandas da elite, de formatar trabalhadores padronizados e remodelados ao novo sistema, compreendidos ainda como mão de obra.

A virada do milênio desencadeou-se uma mudança radical na relação entre o Estado e o Projeto. Este último passou a “viver um processo permanente e compulsório de adequação às normas e às fiscalizações introduzidas pelas novas políticas públicas brasileiras” (BOJUNGA, 2013, p. 96). Mesmo tendo sido criado em 1976 apresentando no discurso sobre sua atuação a parceria entre instituições privadas e o Estado, na realidade, o primeiro aporte de recursos públicos para Fundação Projeto Pescar (FPP) se concretizou somente através do Programa Piá 2000². Até então, as empresas sempre foram as únicas mantenedoras e apoiadoras do Projeto Pescar como um todo. Ou seja, a parceria se caracterizava somente pelo caráter de complementariedade educacional que o projeto ofertava (FPP, 2016).

Em 2002 a Fundação conquistou o título de instituição de Utilidade Pública pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social no RS e de Utilidade Pública Federal. Essas certificações impostas pelo Estado tornaram-se requisitos fundamentais para que as

² O Programa Piá 2000 foi instituído através do Decreto 36.762 de 28 de junho de 2000. Tendo a chancela do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) visava garantir o direito à “sobrevivência, ao desenvolvimento e à integridade, o desenvolvimento normal de seu ciclo físico e psicológico, sua integração familiar e social, bem como sua formação educacional e cultural” (BRASIL, 1996).

empresas permanecessem investindo na formação do jovem para o mercado de trabalho, desencadeando também alteração e readaptação até mesmo dos estatutos da FPP.

No ano de 2003 foi inaugurada a primeira Unidade Internacional, na Argentina, e em 2005 no Paraguai. Essas parcerias não têm caráter comercial, não houve cobrança de royalties, apenas o comprometimento público da adoção do mesmo modelo criado pelo Projeto Pescar no Brasil.

Uma das alterações legais do Estado brasileiro que mais afetaram o Projeto Pescar foi instituída através do Decreto nº 5598, de 2005, que regulamenta a Lei da Aprendizagem. Porque configura-se uma alteração a própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), impondo que as empresas de médio e grande porte sejam obrigadas a contratar de 5% a 15% de adolescentes e jovens com idade entre 14 e 24 anos (BRASIL, 2005).

Ainda em 2005, o principal respaldo jurídico para o funcionamento do Projeto, foi o Registro da Fundação nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente – CMDCA. Surge também o decreto do Ministério do Trabalho e Emprego abrindo oportunidade para entidades formarem aprendizes além do Sistema Nacional de Aprendizagem (“S”), caracterizando o reconhecimento da educação desenvolvida no Projeto Pescar. Destaca-se a nova proposta pedagógica apresentada no Projeto Pescar que dedicava 60% da carga horária para Desenvolvimento Pessoal e o restante (40%) para as demais atividades relacionadas à formação técnica.

Em 2005 ainda, o Pescar foi referência para o Programa Escola de Fábrica do Ministério da Educação (MEC), permanecendo enquanto entidade formadora do programa de 2005 a 2007. Nesse período iniciaram os primeiros consórcios entre empresas públicas e privadas para a constituição de unidade do Projeto Pescar.

Em 2007 o Projeto Pescar recebeu o primeiro certificado como entidade formadora do Jovem Aprendiz. A abertura de cenário para o projeto acompanhou as mudanças sociais da época. Pois a questão da Responsabilidade Social ganha força e ao lado do conceito de Investimento Social Privado, conquistam maior reconhecimento e ampliação de parcerias entre diversos atores da sociedade. Esses novos conceitos são melhor apresentados pelo GIFE que definiu Investimento Social Privado como o “repasso de recursos privados para fins públicos por meio de projetos sociais, culturais e ambientais, de forma planejada, monitorada e sistêmica” (ALIANÇA, 2010, p. 11). A Responsabilidade Social Empresarial, para o Instituto Ethos, foi definida enquanto modelo de gestão que se caracteriza através da transparência e da ética empresarial, “e pelo estabelecimento de metas empresariais que

impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade [...]respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades (p. 11).

Em relação aos movimentos sociais no novo milênio passam a se configurar, de acordo com Bojunga (2013) como movimentos alterglobalização, porque atuam contra a globalização econômica impondo um tipo de globalização alternativa que enfatiza enquanto base de luta “o respeito às diferenças locais”. Estes demonstram o afastamento total da homogeneidade principalmente pela fragmentação das lutas que se efetivam no referido período, que acabam gerando a rede alternativa da solidariedade.

Nesta nova configuração, as ONG’s passam a firmar parceria com o poder público e a sociedade civil, tendo a responsabilidade de execução das políticas públicas. E destacando-se o cenário de associativismo que se instalou no Brasil, surgem as Fundações e as Organizações do Terceiro Setor, articuladas com a sociedade privada em todas as suas diversificações. As ONGs dos antigos movimentos sociais, agora enquanto Terceiro Setor passam a direcionar suas ações à população vulnerável, “tomando a educação como seu principal instrumento de ação social” (SANTOS, 2015, p. 20).

Nesse universo de mudanças, a Fundação Projeto Pescar inicia novos processos de trabalho que demonstram o apoio e defesa do ativismo civil dos participantes fortalecendo a busca pela cidadania ampliada através de novas concepções pedagógicas desenvolvidas. Pois se percebeu que

antes de assimilarem os conhecimentos técnicos e práticos, os adolescentes demonstraram que necessitavam receber ensinamentos e orientações elementares, em especial relacionadas aos hábitos de higiene e saúde, conforme já descrito, como também em relação às “atitudes de convivência social (BOJUNGA, 2013, p. 77-78).

Em 2016 comemoraram-se os 40 Anos de Projeto Pescar, sendo desenvolvido por empresas, instituições públicas e da sociedade civil, sob coordenação da Fundação Projeto Pescar. Hoje está presente em aproximadamente 105 empresas no Brasil, Argentina, Paraguai, Chile e África. Atualmente projeto apresenta como pilares de sua existência três dimensões do fazer profissional, sendo elas: saber viver, ser cidadão e ensino técnico. O grande diferencial frente aos demais projetos voltados para a juventude está no Desenvolvimento Pessoal e Cidadania, pois o investimento nessa direção deve representar 60% das atividades realizadas. Em destaque a dimensão “Saber Conviver”, na qual são abordados conteúdos socioafetivos e a comunicação interpessoal. Enfatiza-se o autoconhecimento, espaço de reflexão, debate e discussão sobre família, juventude, comportamento, educação, sonhos, oportunidades, etc., vinculada com a dimensão do “Ser Cidadão”, com foco na sociedade e cidadania (FPP, 2016).

CONCLUSÃO

Percebe-se, com o presente estudo, que após a virada do milênio desencadeou-se uma mudança radical na relação entre o Estado e o Projeto. Este último passou a representar um processo permanente e compulsório de adequação às normas e fiscalizações implementadas pelas políticas públicas no Brasil. Destaca-se o esforço pela sobrevivência do Projeto Pescar, diante das imposições e determinantes legais durante sua trajetória no Brasil.

O estudo demonstrou que o referido projeto, para além da promoção da integração do jovem ao mundo do trabalho, traço característico do terceiro setor, apresenta também espaços de aproximação importantes com os valores e ideais dos movimentos sociais. Conclui-se que no percurso do Projeto Pescar, os movimentos sociais e o terceiro setor se enredam intercalando conquistas e retrocessos no processo educacional, em prol do desenvolvimento do sujeito e ao mesmo tempo de seu próprio fortalecimento enquanto instituição educativa não escolar.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA GRUPO CAPOAVA. **Responsabilidade Social Empresarial: por que o guarda-chuva ficou pequeno?** 2010. Disponível em: http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/21/alian%C3%A7a_capoava_2010.pdf, Acessado em 28.06.2017.

ALVES, Andrêssa; SEVERINO, Jorismary. **“Terceiro Setor” e Educação: configurações, impasses e perspectivas.** Anais do Seminário da Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação. 2011. Disponível em [Shttp://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0060.pdf](http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0060.pdf). Acessado em 10 de junho de 2017.

BARRETO, Sônia Pereira. **Direito à educação, movimentos sociais e ONGs: discernindo no imbróglgio semântico lógicas e atribuições do Estado e da sociedade civil.** In: ANAIS DA REUNIÃO DA ANPED, 31. Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-4790-int.pdf>, Acessado em 05 de julho de 2017.

BOJUNGA, Sylvia. **Educação profissional na era da flexibilidade:** estudo de caso do Projeto Pescar. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, 2013.

BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto 2208/97. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/254359.pdf> Acessado em 25 junho 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Decreto 5.598/2005. Regulamenta a Lei da Aprendizagem. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm Acessado em 29 de junho de 2017.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, 2004. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acessado em 23 de janeiro de 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci Poleti. 11. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR (FPP). Caderno do Orientador. Porto Alegre, 2004.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR (FPP). Desenvolvimento Pessoal e Cidadania - COLEÇÃO PROJETO PESCAR. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2007.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR (FPP). Relatório de Atividades Projeto Pescar 2015. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2016.

GOFFMAN, Erving. *Manicônios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V.16 n.47, maio-ago.2011.

MEDEIROS, João Luiz. Da máquina ao humano: mudanças de paradigmas identitários na análise organizacional. In: SILVEIRA, Flávio (Org). **Organizações e Sociedade: identidade, poder, saber e comunicação na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENDES, Luiz Carlos. **Visitando o "Terceiro Setor" (ou parte dele)**. Texto para discussão nº 647. Ipea, 1999.

MOURA, Eliana; ZUCHETTI, Dinorá. Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. **Revista Educação Unisinos**, v. 10, nº 3, set./dez. 2006.

SABBI, V. **A influência do Banco Mundial e do BID através do PROEP na reforma da educação profissionalizante brasileira na década de 1990**. In: Seminário de Pesquisa em Educação da região sul, ANPED XI, 2012, Caxias do Sul, RS. Anais. 2012.

SANTOS, Karine. **Intencionalidades em Conflito**: um estudo das práticas educativas das ONG's. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Educação. Unisinos, São Leopoldo/RS, 2015.

WINCKLER, Carlos; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n.3, 2012.